
A FRENTE LESTE

Adriano Moreira

A FRENTE LESTE (*)

1. No dia 9 de Novembro de 1989 os berlinenses derrubaram o muro que, desde Agosto de 1961, era o símbolo da ordem estalinista e o sinal da confrontação entre as concepções do mundo e da vida, respectivamente, ocidental e soviética. Seguiu-se, e está em curso, um acelerado processo de renúncia dos governos comunistas instalados no leste europeu pelos exércitos soviéticos que ocuparam o terreno à medida que levavam de vencida os alemães invasores, na guerra de 1939-1945. Na primeira imagem pareceu geralmente aos observadores que se tratava da falência da utopia marxista, mas talvez seja também de recordar que aquilo que estava em vigor era uma concepção imperial leninista, soviética e não doutrinariamente apocalíptica, nacionalista antes de afixar e utilizar a imagem do internacionalismo proletário.

Por outro lado, a dimensão da responsabilidade política mundial soviética não era superior à dimensão da correspondente responsabilidade americana. A disparidade das formas de governo diz respeito à jurisdição interna das vastas zonas de influência de cada um dos desviacionismos que retalharam o antigo euromundo governado pelas soberanias de sede europeia. Aqui, a última guerra civil, que dá pelo nome de II Guerra Mundial, terminara com a declaração de falência do sistema que levava séculos a construir e que em seis anos via ruir a estrutura. Na própria plataforma de arranque, a linha Oder-Neisse marcava o encontro de ambos os desviacionismos que entre si dividiam a influência sobre o chão da antiga casa comum.

2. Desde então, o aparelho que formalmente representava a proclamada nova ordem era como habitualmente enganoso quanto à realidade da estrutura do poder mundial. A ONU e as suas agências especializadas, erigidas em nome de um ideal mundialista que fora expresso na Carta do

(*) Colóquio organizado pela Comissão de Auditores do IDN.

Atlântico de 14 de Agosto de 1941 e na Declaração das Nações Unidas de 1 de Janeiro de 1942, não correspondiam à efectiva hierarquia das potências e à intervenção destas na gestão da política mundial.

Enquanto que na Carta do Atlântico se dava ênfase à necessidade de desarmar os Estados que constituíam uma ameaça para a paz, os quais obviamente eram os inimigos dos Estados convergentes na grande Aliança Democrática, destes últimos surgiam as novas magestades assentes no poder atómico, reclamando um título novo que foi o de — superpotências.

A hierarquia dos Estados, contrária ao princípio jurídico da igualdade, foi uma constante secular da nossa organização internacional, e a semântica nunca deixou de fornecer uma cobertura heráldica, em muitos casos subsistente para além da variação da estrutura mundial.

As duas superpotências (EUA-URSS) adoptaram ambas um modelo imperial, não sendo sem motivo que Raymond Aron teorizou sobre a República Imperial para compreender a política norte-americana.

3. A teoria desenvolvida neste meio século sobre os blocos recorreu predominantemente à *perspectiva sistémica*, considerando os elementos e variáveis identificáveis como longamente duradouros; cada um dos *sistemas* implantado no *ambiente* do outro; relacionados por correntes recíprocas de exigências, ameaças e decisões que se equilibravam; inspiradas estas no objectivo de evitar a *escalada* determinante de um desequilíbrio irrecuperável, que se assumia ter como consequência inelutável o holocausto. A crise de Berlim (1948), a agressão de Cuba (1968), a intervenção na Hungria (1956) e na Checoslováquia (1968), a guerra do Afeganistão (1979), foram pontos críticos, entre outros, dessa tensão que originou vários esquemas de acção, o mais complexo chamado *guerra fria*.

Havia porém uma linha geográfica que definia uma fronteira entre os dois blocos, e que era um *cordão sanitário* de iniciativa ocidental, com o seu primeiro ensaio levado a efeito quando da revolução bolchevista de 1917. Parece ter sido o Marechal Foch quem usou o conceito ao propor a frustrada união das franjas limítrofes da Rússia, que abrangeriam os sonhados novos Estados independentes — Finlândia, Estados Bálticos, Polónia, e eventualmente a Ucrânia, a Crimeia e a Geórgia —, para isolar o bolchevismo do resto da Europa. Os comandantes dos exércitos antibolchevistas nunca conseguiram porém adquirir a solidariedade dos aliados e das nacionalidades dominadas pelo derrubado império russo, porque o seu projecto

era restaurar o império, e não desenvolver os ideais da coligação democrática vencedora. Lembre-se, como exemplo, que o General Demkine era francamente adversário da Polónia e da liberdade da Ucrânia, do Cáucaso e das restantes pequenas nacionalidades. A renúncia dos aliados foi um factor do triunfo leninista, e o que restou da ideia do cordão sanitário, cujo último elemento foi talvez o corte das relações de Portugal com a URSS até 1974, não teve eficácia⁽¹⁾.

Mas o conceito foi retomado logo que a grande coligação aliada da última guerra mundial se dissolveu. O bloco ocidental estabeleceu um novo *cordão sanitário* ao longo das fronteiras mundiais do bloco comunista. O *Tratado do Atlântico Norte* (NATO) assinado em 4 de Abril de 1949, em Washington; a União da Europa Ocidental (UEO) criada por uma série de protocolos adicionais ao Tratado de Bruxelas (17 de Março de 1948); o *Pacto de Segurança do Pacífico*, criado em 1951; a *Organização do Tratado do Sudoeste Asiático* (OTASE), constituída pelo Tratado de Manila de 8 de Setembro de 1954; a Organização do Tratado Central (CENTO), criada pelo Pacto de Bagodá, de 1955. O sistema das alianças foi ainda integrado pelos *Tratado de Segurança* entre o Japão e os EUA, de 8 de Outubro de 1951; *Tratados de Defesa Mútua*, Filipinas-EUA de 1951, Coreia do Sul-EUA de 1953, China Nacionalista-EUA de 1954⁽²⁾.

4. Desta vez, a política do *cordão sanitário* foi mais determinada, estruturada, persistente, e alheada das eventuais correntes internas soviéticas porque o totalitarismo do sistema não deixava prever ocasião de se manifestarem e menos de fazerem flectir a política do regime. Mas foi também uma política que exigiu uma considerável mobilização de recursos militares, financeiros, humanos, e que mais de uma vez se viu obrigada à escalada das guerras marginais, como a da Coreia, que já foi chamada uma tragédia típica do século XX. Começada em 1950 por razões puramente ideológicas, custou a vida a 34 000 americanos, 1 milhão de coreanos, 250 000 chineses. Foi um desafio directo, executado por Kim Le Sung e concebido por Estaline, à legalidade internacional. Os EUA pagaram essa acção internamente, entre outras consequências, com os excessos de Mc Carthy, que abriram uma ferida severa no tecido moral da sua democracia.

(1) Paul Jonhson, *Une Histoire du Monde Moderne*, Paris, 1985, 1.º vol., pág. 86 e sgts.

(2) Adriano Moreira, *Ideologias Políticas*, ano lectivo de 1963-1964, Lisboa, pág. 171 e sgts.

Mais grave foi porém a guerra do Vietname, onde intervieram em 1961, bombardeando o norte, pela primeira vez, em 7 de Fevereiro de 1965. Em 21 de Abril de 1975 os helicópteros da Marinha pousaram no telhado da Embaixada dos EUA em Saigão, e partiam depois levando o pessoal diplomático e alguns amigos vietnamitas. Em 30 de Abril o Vietname do Sul capitulava sem condições.

Entretanto, na sequência do escândalo do Watergate, a lei sobre os Poderes de Guerra, a condenação pelo Congresso dos compromissos militares, as restrições impostas a qualquer ajuda suplementar ao Vietname, marcavam o processo de transferência da sede do poder, do Presidente para o Congresso.

O Japão, aproveitando em parte das sequelas dessa guerra, tal como aconteceu com os restantes Estados livres da Ásia em geral, contribuía para lembrar ao eleitorado americano que o seu mar nacional é o Pacífico e que ali nasciam ameaças sérias para a sua proeminência económica e financeira.

Estes dois factos maiores, que foram a Coreia e o Vietname, inscreveram-se numa política soviética, menos exigente de investimentos humanos e materiais, de desestabilização da linha do cordão sanitário. Usando sistematicamente, como a única excepção do Afeganistão, uma força intermédia — pequenas potências, partido armado, guerrilha rural e urbana. Os casos do Iémen do Sul, do corno de África, da Etiópia, da abertura da rota entre o Índico e o Atlântico, da Líbia, da inquietação permanente do Norte de Espanha e da Irlanda, de Cuba e da América Central, tudo se exprimia numa erosão da credibilidade dos pactos ocidentais, uma espécie de envolvimento do dispositivo envolvente.

Durante o período de implantação do leninismo, este não deixou de apelar para o patriotismo tradicional da Rússia, invocando o cerco ocidental, e incitando à bravura necessária para aguentar o socialismo cercado num só país. Apelos semelhantes foram escutados durante a Segunda Guerra Mundial.

Quando, em 16 de Março de 1975, o Presidente Ford procurava salvar a política vietnamita, alertando contra «esta mudança radical da política externa relativa a numerosos países, porque constitui uma ameaça fundamental... para a segurança dos Estados Unidos», o Congresso não se como-

veu, dando mostras de se aperceber de que o sentimento do cerco começava a ter domicílio, não em Moscovo, mas sim em Washington.

5. Nesta destronada sede do governo do Euromundo, que é a Europa, o regime político de Berlim foi, especialmente desde 1961, data da construção do Muro, o símbolo do confronto entre as duas concepções do mundo e da vida ao redor da terra. Este confronto, em que sempre se evitou a subida directa aos extremos entre as duas superpotências, traduziu-se de facto numa política de *corresponsabilidade mundial* entre os EUA e a URSS, ambos os Estados assumindo uma perspectiva de inimigos íntimos.

As modalidades do confronto foram várias, mas a mais duradoira foi a da *guerra fria*, talvez um fundo permanente de todas as outras. Isto porque não é infundado entender que nasceu das sequelas de Yalta (1945), quando Churchill notava: «É preciso estar preparado, agora, para toda a espécie de coisas que o nosso país não está em condições de impedir. Nesta matéria, a responsabilidade é agora dos Estados Unidos, e desejo que estes recebam todo o apoio que lhe possamos dar. Mas se eles não puderem fazer nada, então estaremos constringidos a consentir que as coisas sigam o seu curso.»

A retórica de Roosevelt produziu um documento chamado *Declaração da Europa Libertada*, para a qual proclamava, sem garantias, «o direito de todos os povos a escolher livremente a forma de governo sob o qual querem viver», e que Estaline assinou sem hesitação. A Europa de Leste tinha certidão de nascimento. O Presidente dos Estados Unidos concluiu depois, sem vantagem para os europeus, que o marechal soviético «não era homem de palavra». Em 5 de Março de 1945, Churchill declarava na Universidade de Fulton: «De Stettin, sobre o Báltico, a Trieste, sobre o Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente.»

Para além das várias iniciativas e confrontos que se desenvolveram ao longo destes anos, parece que o mais importante é salientar a *política de corresponsabilidade*, simbolizada pela proposta feita por Kennedy, em 12 de Dezembro de 1962, para instalação de uma linha telefónica directa entre a Casa Branca e o Kremlin. Mas esta política teve expressões mais substanciais, especialmente em tudo o que respeita à detenção e proliferação, vertical e horizontal, do armamento atómico.

O Tratado de Moscovo, de 5 de Agosto de 1963, que decidiu a suspensão das experiências nucleares, foi uma primeira importante aplicação do conceito que Krushev enunciara em 1957, ao declarar que o ponto central da segurança mundial se encontrava nas relações entre as duas superpotências. O Acordo Russo-Americano de 26 de Maio de 1972 (Salt I), sobre a limitação dos armamentos estratégicos; o Acordo Russo-Americano de 22 de Junho de 1973 sobre a prevenção da guerra nuclear, e até o Acordo de Helsínquia, de 16 de Agosto de 1975, demonstram que os EUA-URSS atribuem proeminência aos seus próprios interesses estratégicos mundiais, e que assumem a responsabilidade de Estados Directores, uma categoria contra a qual lutaram na guerra; que a razoabilidade limitaria a competição, com o risco dos desencontros sobre a definição dessa linha de contenção⁽³⁾.

De facto entrara-se num período, entre 1945-1980, de manutenção da paz pelo terror, o que se traduziu em introduzir a *variável do medo* na estrutura duradoira do sistema de relações internacionais.

Quando, em 1949, os EUA tiveram a certeza de que os russos tinham realizado a sua primeira explosão atómica, e que o seu monopólio nuclear findara, também concluíram pela necessidade de uma protecção militar ao redor da terra. Foi admitido que os EUA poderiam levar o esforço da defesa até 20 por cento do PNB. Progressivamente, assumiram compromissos militares com 47 Estados, criaram e mantiveram 657 bases, e mantiveram fora das suas fronteiras um exército de 1 milhão de homens.

O ponto crítico em que se encontram as relações entre as duas superpotências, e, por dependência, o resto do mundo, foi antevisto e assumido durante os mandatos coincidentes de Kennedy e Krushev. Este último, num discurso de 6 de Janeiro de 1961, afirmou que o triunfo comunista não seria o resultado de uma guerra atómica que aniquilaria o género humano, nem de uma guerra convencional que seria sempre patamar do confronto nuclear, mas sim o resultado do «conflito revolucionário contra o imperialismo», na Ásia, na África, na América Latina, onde os comunistas tirariam vantagem das circunstâncias.

O Presidente Kennedy aceitou o desafio nos termos propostos e, no discurso de posse, declarou que não temia a responsabilidade, antes a

⁽³⁾ Textos em *Legado Político do Ocidente*, coordenação de A. Moreira, A. Bugallo, e Celso Albuquerque, Lisboa, 2.ª edição, 1988.

assumia com orgulho. Em defesa da liberdade, os EUA estavam decididos a «pagar todos os preços, a carregar todos os fardos, a suportar qualquer prova, a combater qualquer inimigo».

O peso desta responsabilidade conjunta e concorrencial levou ambas as superpotências a um ponto de tensão dos respectivos sistemas que obrigou a rever — *a logística dos impérios*. Quando, em 1983, o Presidente Reagan anunciou uma nova Strategic Defence Initiative (SDI), mais conhecida por *guerra das estrelas*, era o défice que a financiava. David P. Galleo, um dos ensaístas do declínio americano, concluía: «enquanto a América assumir o seu actual papel geopolítico, conter o poder militar soviético e manter uma economia mundial viável parece crescentemente incompatível» (4).

Por seu lado, a URSS, tal como foi documentado por Mikhail Gorbachev ao fazer aprovar as suas novas políticas da *Glanost* e da *Perestroïka* pelo XXVII Congresso do PCUS, em 1985, reconheceu que a logística do império se firmava naquilo que chamamos uma intolerável dívida interna (5). Talvez o livro de Michael Voslensky, chamado *NOMENKLATURA*, de 1980, tenha sido o que mais expressivamente chamou a atenção para a circunstância de o círculo da economia de guerra da URSS, com os seus privilegiados, assentar na exploração de um círculo, de raio muitíssimo maior, que abrangia a multidão condenada a uma economia de subsistência. As carências dessa população constituem a dívida interna: envelhecimento do aparelho produtivo, frustração de *rising expectations* das novas gerações, alienação das nacionalidades submetidas e dos satélites, incapacidade crescente dos sistemas educativo, de saúde e de segurança social, repressão brutal das sociedades civis interna e do leste europeu, uma pesada clandestinidade do Estado sustentada a nível mundial, e uma reacção convergente partindo de cada uma das ilhas dos deserddados.

A linha de condómio de responsabilidade mundial, pela lógica dos factos, conduziu a um ponto crítico em que a revisão da logística dos impérios apareceu, a ambas as superpotências, como a alternativa necessária para salvar a paz até agora mantida pelo dispendioso equilíbrio do terror. O Encontro de Malta (Dezembro de 1989), entre os dois responsáveis maiores de ambas as superpotências, foi uma auditoria da chamada coexistência

(4) David P. Galleo, *Beyond American Hegemony*, Nova Iorque, 1987, pág. 126.

(5) Gorbachev, *El provenir pacífico de nuestro planeta*, Barcelona, 1986.

pacífica, que alguns, como Nixon, chamaram antes a terceira guerra mundial. Não deve ter faltado examinar a verdadeira contabilidade do passivo que foi organizada por Frederico Mayor Zaragoza — *Mañana siempre es tarde* (1987), e que demonstra como a política armamentista se provou incompatível com uma política de desenvolvimento e solidariedade entre sociedades afluentes e sociedades pobres.

6. Quando, na tarde da Festa de Todos os Santos de 1517, Lutero afixou as suas teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, não previu o caderno reivindicativo de 1525, atribuído ao Pastor Balthazar Hubmaier, e definindo as queixas do povo armado. Ele próprio se viu obrigado a escrever o famoso panfleto — *Contra a horda de salteadores e assassinos camponeses*, incitando os príncipes a «derramar o sangue» para evitar «todo o mal que estes canalhas possam ainda vir a praticar». Na batalha de Böblingen, a 12 de Maio de 1525, os príncipes coligados liquidaram a revolta, enquanto os camponeses vencidos cantavam — *Vinde Espírito Santo*.

Com frequência, as políticas assumidas levam a resultados não queridos por nenhum dos intervenientes, e nem sequer previstos. A grande Coligação Democrática da guerra 1939-1945 não se formou para a *liquidação dos impérios coloniais* da Europa da frente marítima, mas todos se desagregaram; os EUA não assumiram o Governo do Japão com o intuito de estarem a braços com a *concorrência económica* que os desafia; a luta ocidental pela supremacia estratégica, provocando a resposta soviética, não pretendeu dar origem à *variável do medo* que se transformou em variável mundial.

Também quando, em Novembro de 1986, na reunião anual do COMECON, as novas políticas de Gorbachev foram tranquilamente acolhidas, nenhum dos líderes que ali compareceram (Kadar, Ceausescu, Hoenecker, Truong Chinh, Jaruzelski, Fidel de Castro, Jivkrov, Husak, Batmonn) pressentiu a tensão excessiva a que chegara o sistema de que eram líderes, nem a velocidade da mudança que surpreendeu todos os governantes e analistas do mundo.

O movimento das massas, que provocou a acelerada queda dos governos e uma apressada tentativa de resposta institucional, é um dos históricos efeitos que não foram previstos por ninguém.

O ponto omega que parece determinar todos os movimentos pode ser a *paz confiável*, com os corolários do desarmamento, primeiro, a definição

de fases de cooperação, em seguida, entre os dois mundos até agora relacionados pelo conflito que não era paz nem guerra, como disse Aron.

Também parece claro que a velocidade da mudança impulsionada pelo movimento das massas, que ninguém pode dizer que governa, traz o risco de a mudança dos regimes do Leste não conseguir chegar a termo evitando a catástrofe do Estado. E este seria um novo efeito não querido, que poria em risco imediato o principal objectivo prosseguido, que é o da paz pelo direito. Daqui a conclusão de que é necessária, para o interesse comum, uma cooperação do Ocidente para conseguir uma evolução sustentada no Leste.

Que as instituições europeias serão necessariamente afectadas por tão vasto fenómeno, e que os governos ocidentais foram surpreendidos pelo que sempre pregaram, também parece de aceitar.

Que a reunificação da Alemanha, seja qual for a forma definitiva, é um problema maior da pequena e grande Europa, não pode ser escondido pela semântica da cenografia habitual do discurso político eficaz. Mas se o estado de alerta das instituições internacionais e dos governos não é dispensável, as certezas sobre a evolução, submetida a uma variável sem governo, são descabidas e dispensáveis. Uma atitude aberta, firme nos princípios e flexível nas soluções, distante dos conservadorismos dos interesses satisfeitos, já parece um passo construtivo no sentido de não sacrificar nenhuma possibilidade de substituir as armas da guerra pelas armas da paz. Uma cultura da paz em vez de uma cultura de guerra.

Braga, 2 de Dezembro de 1989.

Adriano Moreira